OS EFEITOS DA PARTICIPAÇÃO ATIVA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ALINE DE SOUZA FELIX BOZZO

RESUMO

A educação começa no ambiente familiar articulando-se com a vida em sociedade. Neste artigo procuramos demonstrar a necessidade da participação dos pais na educação dentro do espaço escolar, que deve acontecer uma relação de parceria entre a escola e a família. Recorremos a autores como KUHLMANN (2011), BONDIOLI; MANTOVANI (1998) dentre outros. As leituras convergem com a afirmação de que a família e a escola são indispensáveis à formação da criança. A família e a escola são parceiras fundamentais no desenvolvimento de ações que favoreçam o sucesso escolar do indivíduo. Sob esta perspectiva propõe-se com o artigo desenvolver um estudo capaz de compreender a relação dos pais na escola observando sua importância, resistência ou conflitos presentes nesta relação família/escola com relação ao compromisso com processo de formação da criança. Assim, este artigo, busca demonstrar a educação infantil como tripé dialético entre escola-família-criança.

Palavras-Chave: Família. Escola. Cuidar. Educar

1. INTRODUÇÃO

A participação da família na escola não é algo novo, no entanto, trata-se de um processo que merece a atenção de todos, tendo em vista, a importância no desenvolvimento emocional e afetivo de crianças e adolescentes.

Apesar da importância que existe na participação das famílias nas escolas, percebemos um conflituoso relacionamento, pois, ainda são comuns falas que assumem tons acusatórios de que uma ou outra parte nessa relação está querendo empurrar sua responsabilidade na educação de crianças.

Segundo Sarti (2005), das famílias, surgem demandas que, muitas vezes, refletem a expectativa de que as crianças sejam atendidas quase que de forma particular, reeditando os cuidados domésticos e, certamente, diferentes em relação aos cuidados coletivos. Descompassos como esses são bastante notórios nas questões relacionadas à saúde e revertem focos de tensão e conflito na relação das famílias com os profissionais que atendem as crianças.

Para Monção (1999), o espaço da instituição, ainda se identifica uma tranquilidade e uma aceitação relativas dos profissionais quanto à opção da ida do bebê à creche por parte de famílias que exercem trabalhos externos ao domicílio, mas não aceitam com a mesma percepção os de mulheres que se ocupam de trabalhos em sua própria residência. Estas são consideradas como mães que não querem assumir a educação e o cuidado de seus filhos. Vale ressaltar que a crítica recai com bastante força sobre as mulheres. São falas que, não poucas vezes, são ditas na presença das crianças, como se elas fossem invisíveis e insensíveis àquela situação.

De certa forma, muitos desses conflitos acabam sendo mobilizados por uma ideia de que a família ou a escola podem "substituir" a atuação de um desses contextos da vida de bebês e crianças, o que alimenta certa "competição" sobre quem educa e cuida melhor.

"Nosso objetivo neste artigo não é defender o lado instituição escolar ou família, mas sim propor uma mudança dos verbos substituir e delegar para compartilhar", "complementar", "parceirar" a educação e o cuidado de bebês e crianças, construindo, de uma vez por todas, uma rede de apoio em torno de processos educativos de boa qualidade nas creches, pré-escolas e comunidades.

2. O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Vivemos em um período de reformas no campo da educação, relacionados à Educação Infantil com direitos conquistados em leis que garantem a expansão desta etapa da educação em creches e Pré-escolas e direito à educação, às crianças de zero a cinco anos tendo a família como participantes deste processo como prevê o artigo 29 da LDB, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Criada para regulamentar e ordenar a educação brasileira é a mais importante Lei brasileira que se refere à educação. A LDB é composta por 92 artigos que versam sobre os mais diversos temas da Educação Brasileira, desde o ensino infantil até o ensino superior.

"Primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, contemplando a ação da família e da comunidade". (LDB. Art. 29).

O ECA, (Estatuto da Criança e do Adolescente) nada mais é do que um instrumento de cidadania. Na verdade o ECA é uma Lei, fruto da luta de movimentos sociais, profissionais e de pessoas preocupadas com as condições e os direitos infanto-juvenis no Brasil, foi especialmente criado para revelar os direitos e os deveres das crianças e dos adolescentes. Também há neste estatuto os direitos e deveres dos adultos A Lei que deu

vida ao ECA é de Nº 8.069, de 13 de julho de

1990 e esta foi sancionada pelo ex-Presidente do Brasil Fernando Collor de Mello.

O ECA também dispõe sobre a proteção integral das crianças e dos adolescentes. O art. 3º do ECA assegura-lhes a proteção integral que se traduz em todas as oportunidades e facilidades "a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade".

As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reforçam:

A integração com a família necessita ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança na creche e pré-escola, exigência inescapável ante as características dascrianças de zero a cinco anos de idade, o que cria a necessidade de diálogo para que as práticas junto às crianças não se fragmentem. (Brasil, 2010, p.18).

A importância das "Leis da Educação" é assegurar a organização no ensino, mostrando que os alunos têm por direito um aprendizado com qualidade. E além das Leis, o educador sabe quanto é importante à participação dos pais dos alunos no desempenho escolar. Todo professor gosta de ter pais cooperativos e atentos no desempenho escolar de seus filhos. Portanto, os pais e alunos, como usuários da escola são capazes de apontar problemas, e a escola precisa tomar iniciativas que atraiam os pais para dentro da escola.

2.1 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS

Quando olhamos para o passado e buscamos entender como se dava a educação das crianças no seio das famílias nos deparamos com uma realidade muito diferente da que observamos hoje. De certo, veremos muitos erros ou equívocos relacionados com o que antes as famílias consideravam como "educar o seu filho". Veremos crianças impedidas de se manifestarem com naturalidade para não serem vistas como malcriadas. Veremos crianças perdendo o direito de brincar em prol de se aprender a trabalhar. Aprendendo a serem responsáveis por coisas que não lhes cabiam ser, como cuidar de seus irmãos mais novos enquanto elas próprias necessitavam de cuidados. Porém, constataremos que a educação dessas crianças em termos morais, comportamentais e de construção de caráter não era delegada a nenhuma outra instituição a não ser a família. Era também com a família que a criança aprendia os primeiros passos para se viver em sociedade e para lutar por sua sobrevivência no futuro, na fase adulta.

Mas os tempos mudaram e as famílias também. As crianças ganharam o direito à Educação Infantil e isso se deve à Revolução Industrial em que se fez necessária a contribuição das mulheres na colaboração da renda mensal familiar. Passando a mulher a sair de casa para trabalhar e ajudar no sustento do seu lar, as crianças passam a necessitar de cuidados que a mãe não pode mais dar. Aos

poucos vão surgindo creches e escolas voltadas para os cuidados dessas crianças cujas mães precisam trabalhar e não tem com quem deixar seus filhos. Tamanha necessidade, muitas foram às tentativas de se legalizar o atendimento educacional às crianças. Mas, somente após muitas lutas, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases de 1996 instituiu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. E a criança passa a ter direito a uma vaga em escolas destinadas à Educação Infantil.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI entende as famílias e comunidade como parceiras no processo educacional das crianças. Hoje, a Lei garante a toda criança o seu direito de frequentar a Escola de Educação Infantil. E com os direitos vem obrigações que, neste caso, é dos pais. São eles que devem cumprir a obrigação para com o seu filho de matriculá-lo em uma escola mais próxima de sua casa. Mas será que o dever dos pais para com a educação de seus filhos acaba aí? Claro que não! O que parece ter acontecido é que uma coisa substituiu a outra. Ou seja, com o surgimento das escolas infantis, as famílias foram se distanciando cada vez mais do propósito de educar os seus filhos. E, com isso, a escola passou a assumir cada vez mais o papel de educadora e cuidadora das crianças. E é aí que o problema começou. Pois, uma instituição não deveria substituir a outra, mas sim somar contribuições significativas para a formação da criança.

Mas, então, qual é o papel da família na educação da criança? Qual é o papel da Escola neste processo?

Segundo o Proinfantil (curso em nível médio, destinado a educadores):

Cabe aos pais:

"... acompanharem o desenvolvimento de seus filhos, compartilhando com a instituição e com os (as) professores

(as) os progressos e/ou necessidades das crianças, bem como participarem das propostas da instituição, buscando soluções conjuntas." (PROINFANTIL, 2006, p.21).

Cabe à Escola:

(...) analisar e reorganizar sua estrutura e seu funcionamento em função das demandas das crianças, dos pais e dos (as) professores (as). Repensar, cotidianamente, a proposta de integração com as famílias e o processo de formação continuada dos (as) professores (as) e demais profissional. Em

síntese, avaliar e aprimorar continuamente sua proposta

pedagógica (PROINFANTIL, 2006, p.21).

Porém, infelizmente, o que se observa na prática é outra forma de se conceber tal questão. As famílias deixam a desejar naquilo que se espera de sua parte com relação à efetiva contribuição para com a educação de seus filhos. Seja por falta de tempo, de consciência sobre a importância de sua participação, negligência ou por outros motivos quaisquer. O fato é que a família tem deixado para a escola resolver questões básicas da criação de uma criança. O que gera muitos equívocos e desafios aos profissionais destinados ao trabalho com as crianças.

Observamos em nossas práticas docentes, crianças que frequentam o período integral e são extremamente carentes de atenção, de carinho, afeto e até mesmo de cuidados higiênicos. Pois, é possível perceber em suas roupas e seu corpinho que a higiene não é uma rotina de seu lar. E aí perguntamos: Será que os pais não cuidam desta criança por quê? Não têm tempo ou não sabem que este é o seu papel? Será que eles sabem que a escola não supre as necessidades desta criança em relação à família?

São tantas as perguntas que norteiam tais questões que seria necessária uma longa lista. O fato é que a família tem falhado em relação ao seu papel de cuidadora e educadora moral. Assim a escola por sua vez tem ficado sobrecarregada, pois não é correto fechar os olhos para os erros dos familiares e deixar que crianças sigam sem o mínimo de compreensão sobre os valores básicos para se viver em sociedade, para se desenvolver integralmente.

2.2 O RELACIONAMENTO ENTRE PAIS E EDUCADORES

A docência é uma profissão que precisa de um trabalho coletivo, envolvendo coordenação, direção, pais e comunidade. Esta participação é extremamente importante para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno, pois, a família e a escola formam uma equipe, é fundamental que ambos atuem em favor da criança.

Os pais são convidados a encontrar-se com os professores no ambiente escolar, no entanto, em muitas escolas, isso acontece apenas em momentos pontuais, como reuniões de pais, festas nas escolas.

Segundo Bondioli e Mantovani (1998) "O relacionamento professores-pais revela-se seguidamente frustrante para ambos".

Para os professores um dos problemas seria a recriminação. Os professores se "queixam" de uma série de atitudes e comportamentos que eles consideram desrespeitosos. Segundo os professores, os pais querem autoridade no comportamento dos filhos e esse trabalho deve ser realizado na escola. As famílias, não cumprem horários, estão sempre com pressa, quando chegam perguntam se a criança comeu, se foi ao banheiro. Não perguntam sobre o comportamento da criança, o que foi ensinado em sala de aula, se a criança conseguiu realizar as atividades escolares. O diálogo permanente por parte dos pais demonstra o desinteresse pela aquisição do conhecimento durante a permanência do filho no ambiente escolar.

Existem muitos fatores que prejudicam a relação da família com a escola, sejam eles positivos ou negativos esses fatores podem ocasionar mudanças na vida dos alunos.

Segundo Rodrigues (2013), existem fatores que prejudicam a relação família x escola:

A falta de ações coletivas que podem vir de encontro com as reais necessidades de sua clientela. Este fator é apontado tanto para os pais como para a escola, as concepções do novo modelo de família. Hoje as famílias estão voltadas para o

mercado de trabalho não havendo tempo para participarem da educação escolar de seus filhos. Podemos perceber que em certos casos há falta de iniciativa de ambas as partes, embora nenhuma das duas partes assuma a sua culpa. Pais que se

negam de seu papel de educador e atribuem somente a escola à função de educar tornando isso uma carga muito pesada para os professores. (RODRIGUES, 2013, s/n).

Apesar de haver dificuldades para a relação família e escola, há possibilidades de estratégias para incentivar a participação em ações como:

"Reunião familiar para escutar sobre o que as famílias esperam da escola, organização de encontros com os professores, pais e os alunos, organização de festas,

participação nos conselhos de escolas, envolvimento em

projetos específicos." (RODRIGUES, 2013, s/n).

2.3 INTEGRAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA FRENTE ÀS DIRETRIZES

CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Apesar de escolas e famílias apresentarem aspectos da educação comuns e divergentes, ambas compartilha a tarefa de preparar as crianças para a vida social e cultural, mas divergem nos objetivos que têm nas tarefas de ensinar. Enquanto a escola infantil

tem por obrigação a prática educativa intencional pautada nas relações desenvolvidas por meio de estímulos e experiências cotidianas no processo ensino à aprendizagem. As famílias cabe dar acolhimento a seus filhos num ambiente estável, amoroso, provedor e responsável por colocar as crianças na creche a partir dos 4 anos e, caso isto não ocorra fica sob as penas da lei.

Assim, a escola para a Educação Infantil é uma instituição pautada em leis, pareceres tornando-se qualificada e sistematizada por uma série de documentos, a saber:

A "Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil – DCEI". Documento criado pelo Ministério da Educação – MEC para a sistematização do Ensino Infantil. Nele são fixadas as diretrizes a serem seguidas nas instituições de Educação Infantil, bem como todo o procedimento a ser seguido para o bom funcionamento dessas.

Segundo o DCEI, "é obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula". Portanto cabe à escola somente orientar este processo para que ele aconteça na época certa e de forma organizada a fim de assegurar aos pais a melhor forma de cumprir este dever.

As escolas são órgãos socializadores em que entendem-se nela diversas diferenças de raças, crenças, culturas, poder aquisitivo, política, etc. É dever dos docentes respeitar e fazer serem respeitadas essas diferenças em suas turmas. Cada criança vem de sua casa trazendo em sua bagagem cultura e costumes cultivados pelos pais e familiares. Cabe aos professores respeitarem seus conhecimentos e jamais tentar modificar aquilo que é da crença da família. O papel do professor deve ser o de orientador e mediador do conhecimento e jamais de jure do mesmo. Ou seja, daquele que julga o certo e o errado mediante sua visão egocêntrica. Muitas das rusgas entre família e professores acontecem devido a preconceitos quanto à religião.

A relação do professor para com os pais deve ser de forma a garantir à criança todos os seus direitos, para com seu bom desenvolvimento integral. "A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização", mostra como é importante a abertura a esta relação. A escola deve estar aberta à participação dos pais, pois eles devem ser sempre bem-vindos à escola, bem como suas respectivas contribuições.

O professor deve articular com os pais aquilo que é indispensável à sua prática e aquilo que vale à pena apostar como forma de atender aos requisitos de uma boa prática docente. A Educação Infantil é o espaço em que mais se observa a participação dos pais. Isto se deve à pequenez das crianças que gera certa insegurança nos pais. Por isto é importante à flexibilidade dos professores quanto ao trato com cada familiar.

Em nossa prática docente, observamos nos comunicados via agenda reclamações e muitos pedidos, tidos como absurdos, para que os professores cuidem de seus filhos. Há várias questões que preocupam os pais como, por exemplo: - mordidas, agressões de todas as formas, alimentação, estado das roupas, calçados da criança, material escolar que somem etc. Os pais não entendem, na maioria das vezes, que o professor não consegue cuidar de tantos detalhes por conta da quantidade de crianças sob sua responsabilidade.

É na Educação Infantil que os professores trabalham com grande ênfase na questão da autonomia das crianças e articular isso com os pais é de grande importância. E, na maioria das vezes, se torna um problema, pois enquanto os professores buscam trabalhar as questões importantes fixadas nas DCNEIs, os pais se isentam de ajudar por ser mais cômodo para eles, por exemplo, que a criança permaneça nas fraldas. E o que dizer da chupeta? Da mamadeira? Do cadarço do tênis?

Observa-se que a maioria das questões geradoras de desconfortos entre professores e pais trata-se da falta de compreensão das verdadeiras funções de cada um na educação das crianças.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é à base da formação da criança. A primeira formação se inicia no ambiente familiar e se estende nos campos sociais, por isso destacamos a importância da família na educação infantil.

É de extrema importância, os pais acompanharem os estudos dos filhos sendo um dos principais estímulos para que eles estudem. A escola deve assumir o papel de incentivar os pais a participarem em reuniões, projetos, eventos, cursos para juntos analisarem estratégias que garantam a aprendizagem de suas crianças. Dessa forma, a escola deve utilizar o Planejamento Participativo a partir da reflexão sobre a prática educacional de modo a dialogar com todos os envolvidos, aplicando com eficácia os recursos de que se dispõe ou que exploram as condições favoráveis de que porventura se desfrute, visando o alcance dos determinados objetivos.

A educação é uma ação conjunta entre pessoas que colaboram e comunicam-se para que assim a ação educativa possibilita à criança a aprendizagem em todas as dimensões: social, cognitiva, afetiva, relacional e cultural, ou seja, de modo integrado de apropriação de conhecimento e formação das crianças.

A articulação entre escola e família fortalece a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

11

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna; Manual da educação infantil: de 0 a 3 anos – uma abordagem reflexiva; tradução Rosana Severino Di Leone e Alba Olmi – 9.ed – Porto Alegre: Artmed, 1998.

CUNHA, Marcus Vinicius. A escola contra a família, In: LOPES, Eliane Marta T. de (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

KUHLMANN, Moysés. Educando a infância Brasileira, In LOPES, Eliana Marta T. de (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

RODRIGUES. Ilma. A Participação da Família no Processo de Educar.

(Disponível

em:http://moodle3.mec.gov.br/uft/file.php/1/moddata/data/850/1115/2235/ultima_cha nce_TCC.doc). Acesso em: 10 de maio. 2022.

SARTI. A Família como espelho : um estudo sobre a moral dos pobres. 3.ed.

São Paulo: Cortez, 2005.